

1 **COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

2 **CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA**

3 **CTCOB**

4 **MINUTA DA ATA DA 14ª REUNIÃO**

5 Data: 20 de março de 2012

6 Local: AGUASPARANÁ – Associação dos Funcionários

7 **INTEGRANTES CT-COB:**

- 8 ○ Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira: Olga Polatti
9 (olgapolatti@aguasparana.pr.gov.br)

10 **CONVIDADOS:**

- 11 • PETROBRAS: Ademar Kazuo Horiuchi (ademarh@petrobras.com.br)
12 • Companhia Paranaense de Energia – COPEL: Monica Irion Almeida
13 (monica.irion@copel.com)
14 • Companhia Paranaense de Energia – COPEL: Martha Regina von Borstel Sugai
15 (martha.sugai@copel.com)
16 • AGUASPARANÁ: João Lech Samek (joaosamek@aguasparana.pr.gov.br)
17 • AGUASPARANA: Enéas Souza Machado (eneasmachado@aguasparana.pr.gov.br)
18 • AGUASPARANÁ: Tiago M. Bacovis (tiagobacovis@aguasparana.pr.gov.br)
19 • AGUASPARANÁ: Vanessa Cristina de Castro Santos
20 (vanessac@aguasparana.pr.gov.br)
21 • AGUASPARANÁ: Júlio Goss (juliogoss@aguasparana.pr.gov.br)
22 • FERMA/ECOTÉCNICA: Letícia S. Cardon de Oliveira
23 (leticardon@ecotecnica.com.br)
24 • FERMA/ECOTÉCNICA: Nilo Hara (nilo@ecotecnica.com.br)
25 • SPAIPA: Michel Ribas Galvão (mrgalvao@spaipa.com.br)
26 • Grupo Boticário: Camila Renata Lima Cordeiro (camilarc@grupoboticario.com.br)
27 • Prefeitura Municipal de Curitiba – SMMA-PMC: José Tadeu Motta
28 (jomotta@smma.curitiba.pr.gov.br)
29 • Monitore Eng^a.: Rafael Hartmann Gava (Rafael@monitore.com.br)
30 • COMEC: Maria Luiza Malucelli Araujo (Malu@comec.pr.gov.br)

31 **RELATORIA:**

- 32 • Olga R. R. Polatti – Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
33 Ribeira - (olgapolatti@aguasparana.pr.gov.br)

34 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

35 Às 09:00 horas do dia 20 de março de 2012, na Associação dos Funcionários do
36 Instituto das Águas do Paraná iniciou-se a 14ª Reunião da Câmara Técnica de
37 Cobrança do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira – CT-
38 COB. A Sra. Coordenadora da CT-COB deu boas vindas ao presentes, informou que
39 o setor industrial havia solicitado modificação de pauta em função de um workshop
40 que havia acontecido na FIEP sobre cobrança onde haviam surgido dúvidas sobre
41 sua implantação no Estado do Paraná, sendo que a alteração de pauta foi aprovada.
42 O Sr. Rafael Hartmann Gava (Monitore Engenharia) justificou a ausência da Sra.
43 Marília Tissot e, em seguida, a coordenadora da CT-COB, Sra. Olga Polatti, passou
44 ao **item 1 de pauta – aprovação da ata da 13ª Reunião da CT-COB**, procedendo à
45 leitura da mesma e com contribuições da COPEL e da SANEPAR, foi aprovada por
46 unanimidade. Na sequência o Sr. Michel Ribas Galvão (SPAIPA) justificou a
47 realização do seminário sobre cobrança promovido pela FIEP, explicando que uma
48 vez que o processo de discussão dos critérios de cobrança pelo uso da água ficou
49 paralisado por longo período de tempo, os atuais representantes da FIEP e das

50 indústrias(novos integrantes) necessitavam de maior conhecimento sobre o assunto.
51 O Seminário suscitou algumas dúvidas e questionamentos conforme **Anexo**. Em
52 relação ao 1º ponto levantado referente ao Programa de Investimentos, o Sr. Enéas
53 Souza Machado (AGUASPARANÁ) explicou que o Plano de Bacia contemplará um
54 Plano de Intervenções e Ações para a Bacia e que anualmente serão definidas as
55 obras e ações que receberão os recursos da cobrança, desde que previstos no
56 Plano. Esta definição se dará em plenária do Comitê, que selecionará os projetos
57 inscritos visando os recursos advindos da cobrança no exercício seguinte.
58 Esclareceu que o PCJ lança um edital anualmente para que os interessados se
59 habilitem sendo que não há dispositivo legal que permita repassar os recursos do
60 Fundo de Recursos Hídricos para a iniciativa privada. A Sra. Martha Sugai (COPEL)
61 falou que, uma maneira de contornar essa situação seria descontar do valor a ser
62 pago por uma determinada indústria as melhorias de tratamento realizadas por ela
63 uma vez que o objetivo da cobrança visa o uso racional da água além de prover
64 recursos para custear a gestão. No caso do Estado do Paraná, a diminuição do valor
65 arrecadado na cobrança pelo direito de uso da água não acarretaria maiores
66 prejuízos para o funcionamento da Agência de Bacia, pois o papel de Agência de
67 Água é exercido pelo órgão gestor. O Sr. Enéas Souza Machado (AGUASPARANÁ)
68 demonstrou sua preocupação que dessa maneira o Comitê de Bacia perderia força,
69 e que o Fundo de Recursos Hídricos não teria recursos suficientes para outras
70 ações na Bacia ao que a Sra. Martha Sugai (COPEL) respondeu que não haveria
71 diminuição de poder do Comitê, pois este ainda decidiria quais ações seriam
72 contempladas com o abatimento, levando em conta o Plano de Investimentos e
73 Ações. A Sra. Olga Polatti (AGUASPARANÁ) lembrou que a proposta de Resolução
74 da Cobrança já prevê abatimentos para o usuário que investe em melhorias de seu
75 sistema de tratamento. O Sr. Michel Ribas Galvão (SPAIPA) comentou que no
76 Comitê PCJ existe dificuldade de se gastar o dinheiro arrecadado. A Sra. Olga Polatti
77 (AGUASPARANÁ), respondendo a uma pergunta, explicou que no Plano de
78 Efetivação do Enquadramento serão elencadas as obras e ações necessárias para
79 se atingir as metas de qualidade de água estabelecidas, basicamente melhoria no
80 sistema de coleta e tratamento de efluentes industriais e domésticos, enquanto que
81 o Programa de Investimentos e Ações do Plano de Bacia irá subsidiar a aplicação
82 dos recursos da Cobrança e deverá contemplar ações de educação ambiental, obras
83 de drenagem, implantação de parques lineares entre outros. O Sr. Enéas Souza
84 Machado (AGUASPARANÁ) mencionou que nos comitês onde é já é realizada a
85 cobrança, o Comitê define percentuais a serem aplicado em cada tema e
86 anualmente a plenária delibera sobre quais projetos serão contemplados. Sugeriu,
87 com a finalidade de acelerar a aplicação dos recursos da cobrança, que já se
88 definisse no Plano de Bacia as ações e obras a receberem os recursos nos dois
89 primeiros anos, ao que a Sra. Martha Sugai (COPEL) respondeu que o detalhe do
90 Plano de Investimentos e Ações deve ser feito através de um edital proporcionando
91 melhor definição de prioridades. A fim de esclarecer melhor as dúvidas levantadas
92 sobre o Plano de Efetivação do Enquadramento, Plano de Aplicação dos Recursos
93 da Cobrança e Programa de Investimentos e Ações, foi decidido que na próxima
94 reunião da CT-COB haverá uma apresentação sobre esse assunto. Outra dúvida
95 levantada pela FIEP no Seminário sobre Cobrança foi sobre os critérios técnicos e
96 operacionais no processo de cobrança e o Sr. Ademar Kazuo Horiuchi
97 (PETROBRAS) perguntou como foram estipulados os Preços Unitários. O Sr. Enéas
98 Souza Machado (AGUASPARANÁ) explicou que esses valores foram primeiramente

99 definidos pelo Comitê do Paraíba do Sul e adotados pelos demais comitês e a Sra.
100 Martha Sugai (COPEL) lembrou que o Ceará havia adotado esses valores antes do
101 CEIVAP. Também lembrou sobre a dificuldade que os Comitês de Bacia estão
102 encontrando para gastar os valores arrecadados e comentou que na última década
103 os valores repassados pela União para o Setor de Saneamento aumentou
104 significativamente e perguntou se o papel do Comitê não deveria ser com relação a
105 ações mais pontuais na recuperação da bacia, citando o caso do Rio Belém, que
106 tem 100% de sua área coberta com rede de esgoto e apresenta péssima qualidade
107 de água. Sr. Enéas Souza Machado (AGUASPARANÁ) passou então a explicar
108 sobre como foram definidos os critérios técnicos da cobrança O Decreto de
109 Cobrança nº 5.361/2002 estabelecia que a cobrança se daria com base nos valores
110 de captação, uso consuntivo e no lançamento de efluentes, sendo que para o
111 lançamento de efluentes seriam considerados os parâmetros DBO por causa do
112 efluente doméstico, DQO-DBO devido ao efluente industrial e SS devido à perda de
113 solo, podendo também serem considerados outros parâmetros de acordo com
114 decisão dos Comitês. A Sra. Vanessa Cristina de Castro Santos (AGUASPARANÁ)
115 se manifestou a favor de se manter a cobrança sobre o SS uma vez que o valor era
116 significativo para o setor de saneamento e para algumas indústrias, ao que a Sra.
117 Martha Sugai (COPEL) lembrou que no caso do COALIAR os sólidos suspensos não
118 contribuem para o assoreamento, que na região do Alto Iguaçu é causado pela
119 ocupação e uso do solo. Foi citado que o PCJ cobra somente pela DBO por
120 limitações na medição dos demais parâmetros. No caso do COALIAR como a
121 cobrança iniciar-se-á com base no valor outorgado não haverá problema em
122 considerar também a DQO. O Sr. Enéas Souza Machado (AGUASPARANÁ) em
123 resposta a um questionamento do Sr. Rafael Hartmann Gava (Monitore Eng^a.) sobre
124 a cobrança sobre o uso da água na agricultura, explicou que, pela legislação
125 paranaense este setor está isento da cobrança, mas poderão ser aplicadas multas
126 quando for o caso. O Sr. Júlio Goss (AGUASPARANÁ) explicou que o Instituto das
127 Águas atualmente não aplica multa no caso de um usuário extrapolar os valores
128 outorgados, mas que está em discussão no CERH a pauta tipificada para outorga. A
129 Sra. Martha Sugai (COPEL), comentou que o setor agrícola não consome volumes
130 significativos de água e que se isso ocorrer pode-se voltar a discutir esse assunto no
131 âmbito do CERH. A Sra. Maria Luiza Malucelli Araujo (COMEC) comentou que
132 implantar rede de esgoto por si só não é solução e citou as bacias do Rio Pequeno e
133 Rio Belém. O Sr. Enéas Souza Machado explicou que os custos referentes à
134 remoção da carga da carga referente ao esgoto doméstico levam em conta os
135 investimentos tais como ampliação de rede, ampliação de estações de tratamento,
136 estações elevatórias e que deveriam abranger também os custos de melhoria de
137 rede e esses custos estavam sendo avaliados pela SANEPAR. O Sr. Enéas Souza
138 Machado informou que o novo decreto de cobrança aprovado no Conselho estava
139 na Casa Civil para assinatura do Governador. A próxima reunião da CT-COB ficou
140 agendada para o dia 5 de abril, às 9:00 horas, quando será feita uma apresentação
141 do Andamento do Plano de Bacia, uma apresentação comparando os Planos de
142 Aplicação dos Recursos da Cobrança dos Comitês PCJ, CEIVAP e Doce, uma
143 apresentação sobre o parâmetro Sólidos Suspenso e também um resumo da
144 Resolução nº 48 do CNRH. Serão convidados para participar próxima reunião os
145 membros da CT-Plan. Em seguida, a Coordenadora agradeceu a presença de todos
146 e deu por encerrada a reunião.
147 Curitiba, 5 de abril de 2012.

148
149 Olga R. R. Polatti
150 AGUASPARANÁ
151 Coordenadora da CT-COB